EMPREENDEDORISMO: a história de autonomia e liberdade mais bem contada pelo capital

Nayara Serrão da Silva[1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma aproximação acerca da ideologia empreendedora em uma perspectiva crítica, analisando os aspectos que perpassam essa ideologia e seu crescente fortalecimento. Baseando-se que a ideologia empreendedora necessita de características e um contexto específico para seu amplo desenvolvimento, analisa-se o desemprego como particularidade da Questão Social no Brasil; considera-se o papel do Estado enquanto acelerador para sua consolidação e caracteriza-se como o aparato teórico do neoliberalismo sustenta e dissemina o discurso do empreendedorismo. Desta forma, pretende-se demostrar que pautado na racionalidade neoliberal, o discurso de liberdade e autonomia amplamente divulgado e defendido pela ideologia empreendedora, na verdade esconde sua verdadeira natureza: camuflar a precarização e flexibilização do trabalho.

Palavras-chave: Questão Social; Estado; Empreendedorismo.

ABSTRACT

This article aims to approach the entrepreneurial ideology in a critical perspective, analyzing the aspects that permeate this ideology and its growing strengthening. Based on the fact that the entrepreneurial ideology needs characteristics and a specific context for its broad development, unemployment is analyzed as a peculiarity of the Social Issues in Brazil; the role of the State is considered as an accelerator for its consolidation and is characterized as the theoretical apparatus of neoliberalism sustains and disseminates the discourse of entrepreneurship. In this way, it is intended to demonstrate that based on neoliberal rationality, the discourse of freedom and autonomy widely publicized and defended by the entrepreneurial ideology, in fact hides its true nature: camouflaging the precariousness and flexibilization of work.

Keywords: Social Issues; State; Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que o discurso do empreendedorismo está presente em todas as áreas da sociedade, sendo amplamente divulgado pelos principais meios de

[1] Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS; nserrao.as@gmail.com.

comunicação, difundido pelos bancos e incentivado em campanhas até pelo governo nas esferas municipal, estadual e federal. Diante da realidade com uma taxa de 14,7% da população desempregada (IBGE, 2021) a ideia de liberdade, autonomia, criatividade são as principais vantagens elencadas por essa ideologia que se torna atraente, convidativa e que a indica como a melhor alternativa para a subsistência.

A história da ideologia empreendedora acompanhou as transformações da sociedade e de suas instituições, modificando sua estrutura de acordo com as novas realidades e adquirindo novos significados. De acordo com Vale (2014), o termo empreendorismo foi utilizado para se referir a alguém que controla uma empresa e o termo ganhou maior importância a partir do surgimento dos mercados capitalistas manufatureiros.

A partir dos anos 1970, concebido o marco para o empreendedorismo, diante da crise de superprodução; da consolidação de um novo modelo de produção na década de 1980; e sob o desenvolvimento e implementação da racionalidade neoliberal nos anos de 1990, a ideologia empreendedora tornou-se objeto de estudo e se desenvolveu como uma saída principal para solução da crise do desemprego.

A ideologia empreendedora, em nível mundial, se utilizou das grandes crises do capitalismo e do novo modelo de reestruturação produtiva para se desenvolver e se difundir, quando analisamos a realidade brasileira, é possível identificar que o histórico do país contribui profundamente para sua ampla disseminação. A análise das particularidades do mercado de trabalho brasileiro e a conduta do Estado brasileiro principalmente a partir dos anos de1990 ajudam a clarificar o crescimento dessa ideologia no Brasil.

O presente artigo tem como objetivo fazer uma aproximação acerca da ideologia empreendedora em uma perspectiva crítica, analisando os aspectos que perpassam essa ideologia e seu crescente fortalecimento. Para tanto, o artigo está dividido em três momentos de análise: o primeiro, uma aproximação da questão social e trabalho — a contradição da relação capital x trabalho, em uma análise do desemprego como uma expressão da Questão Social no Brasil, a diversidade da classe trabalhadora e a importância da funcionalização da população mais abastada para o capital. No segundo momento, uma discussão sobre o Estado, um balanço

dos desfechos da implementação do neoliberalismo a partir dos anos 1990 e os impactos das contrarreformas do Estado no regime de acumulação flexível e os impactos sobre o mundo do trabalho. Por fim, no terceiro abordaremos a ideologia empreendedora como uma ideologia pautada na racionalidade neoliberal, onde o estímulo ao individualismo e à competição é usado para despertar valores mercantis e assim enaltecer o "empreendedor", ocultando a problemática da flexibilização e precarização do trabalho.

2 QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO

A Questão Social enquanto objeto de estudo e de trabalho do assistente social possui compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muitos diversos. No entanto, à luz da tradição Marxista a Questão Social é "determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital x trabalho – a exploração (NETTO, 2001, p. 45)". O capital, apesar de se expressar através de coisas, como dinheiro, meios de produção ou mercadorias — ele só existe na medida em que subordina a força de trabalho e por isso "é sempre uma relação social" (NETTO, BRAZ, 2006, p.98). De acordo com Santos (2012), entender a questão social é considerar a exploração do trabalho pelo capital, mas é considerar também as lutas sociais e movimento dos trabalhadores diante do modo de produção capitalista.

É possível identificar, hoje, diversas expressões da Questão Social no Brasil. O desemprego, para além de mais uma expressão da Questão Social advinda da relação contraditória capital x trabalho, no Brasil, adquire o caráter estrutural histórico desde a implementação do capitalismo retardatário no país.

Santos (2012) aponta que dois períodos são fundamentais para a compreensão e análise do desemprego no Brasil, o período da Industrialização Restringida (1930-1955) e Industrialização Pesada (1956-1980). O primeiro é importante por ser considerado o marco na qual se ergue o mercado e o regime de trabalho brasileiro e o segundo momento pela consolidação do processo de implementação do capitalismo (retardatário) no Brasil, no qual ocorreram fortes

intervenções estatais na economia e, principalmente, a associação do capital nacional e internacional.

Consoante Oliveira (2015), o Brasil é um país que, sob o atraso, formou um sistema econômico que possui setores mais avançados convivendo e funcionalizando o atraso. De acordo com o autor, a esperança em décadas passadas de que a industrialização fosse capaz de tirar de uma vez por todas do atraso do país caiu em desuso e seria uma ingenuidade política em pensar que as forças superiores do capitalismo corresponderiam a formas superiores de estruturação política e sociabilidade.

Conforme Santos (2012), o desemprego, a precariedade e a flexibilização sempre foram características fundamentais e podem ser observadas desde a implementação do Fordismo no Brasil. Ao contrário do que se via nos países centrais, no Brasil, a implementação do modelo de produção Fordista não foi acompanhado pelas políticas de pleno emprego e forte organização sindical, o que se tinha na verdade era a alta rotatividade, precariedade e flexibilização presentes no mercado de trabalho brasileiro neste mesmo período. Além do que, o país atravessa esse processo sob forte pressão ditatorial (1964-1985), onde ficam impedidas grandes lutas trabalhistas como as negociações coletivas, principalmente, a organização e reconhecimento dos sindicatos.

A partir da década 1970, com a crise do modelo de produção fordista em nível internacional e o surgimento de uma “nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho” (ALVES, p.31, 2000). O Toyotismo surge como modelo de produção que melhor se adapta diante do contexto da crise de superprodução com novos protocolos organizacionais e institucionais. Esse novo modelo de produção impacta profundamente as relações e os processos de trabalho com: as expansões de subcontratações, salários flexíveis, times de trabalho, trabalho polivalente e multifuncional, tendo como consequência a redução do trabalho assegurado e com direitos, além do aumento em significativo do desemprego em nível mundial.

Conforme Alves (2000), o Toyotismo realiza com maestria a captura da subjetividade operária para resolver as novas condições do capitalismo, seus

protocolos organizacionais – automação, *just in time* e a polivalência operária – instauram uma flexibilidade que aumenta e contribui nos ganhos de produtividade nesse modelo. É de suma importância para o Toyotismo "incorporar constantemente aos processos de trabalho o saber de quem o executa – sua subjetividade – a fim de aumentar a produtividade" (PRAUN; ANTUNES, p.180, 2020).

Durante a década 1980, com a Terceira Revolução em andamento e com o grande avanço tecnológico impactando profundamente os processos de trabalho, ganha força pela primeira vez a tese de que o trabalho estava em declínio e que seria o fim da classe trabalhadora (GORZ,1982; KURZ, 1992). E novamente no fim da década de 1990 e início dos anos 2000 essa tese é reforçada diante do declínio estrutural do trabalho assalariado.

Contudo, Antunes (2018) destaca que não ocorreu o fim da classe que vive do trabalho, mas sim uma contratendência. Na realidade, o que ocorre é uma verdadeira expansão de novos trabalhadores, principalmente, no setor de serviços – o novo proletariado da era digital – que trabalham de forma intermitente, flexível e com apoio das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) que podem ser consideradas uma nova forma "escravidão digital em pleno século XXI" (ANTUNES, 2018, p. 30).

Segundo o autor, a mundialização e a financeirização do capital, possibilitou a introdução de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual intensifica a precarização e informalidade, incorpora novas formas de geração de trabalho excedente não importando se são atividades mais intelectualizadas ou mais manuais. As consequências disso são o surgimento de novas formas de valorização do valor que trazem novos mecanismos geradores de trabalho excedente e que expulsam da esfera de produção uma grande quantidade de trabalhadores que se tornam sobressalentes.

É notório que, esse último movimento é de extrema funcionalidade para o capital, uma vez que intensifica o quantitativo de desempregados, podendo assim controlar o valor da remuneração daqueles que se encontram ligados ao mercado de trabalho. À vista disso, fica cada vez mais clara a erosão do trabalho regulamentado, o crescimento do desemprego, do trabalho atípico, do trabalho voluntário, do

trabalho informal e, principalmente, o crescimento da ideologia empreendedora. O capitalismo conseguiu a façanha de tornar o que Marx (2001) pensava que fosse o exército de reserva, o capitalismo conseguiu transformar essa população desempregada em funcional para sua movimentação e perpetuação.

Consoante Antunes (2018), a tendência do mercado de trabalho é a existência de uma minoria empregada assalariada, uma parcela de trabalhadores disponíveis a prestar seus serviços impulsionados pela expansão e utilização de aplicativos e somados a esses uma “massa de ‘empreendedores’, uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletariado-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2018, p.34). Para o capital é de extrema importância a existência de um trabalhador mais flexível, sem jornada de trabalho definida, sem espaço de trabalho definido ou remuneração fixa, ou seja, sem direitos.

Para Antunes (2018), a principal consequência dessas alterações no mercado de trabalho será a ampliação do trabalho morto e a redução do trabalho vivo. A Indústria 4.0 consolidará hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, esse processo por sua vez eliminará uma grande quantidade de força de trabalho que será excedente sem garantias, direitos ou perspectivas de futuro, e para abrandar esse cenário, cresce e se fortalece a ideologia do empreendedorismo e a meritocracia como saída apresentada pelo capital para aqueles que realmente “querem” e “sabem” aproveitar oportunidades.

3 O ESTADO: UM ACELERADOR DA IDEOLOGIA EMPREENDEDORA

Tendo uma melhor aproximação da contradição da relação capital x trabalho e do desemprego como característica particular da realidade brasileira, para melhor apreender o fortalecimento da ideologia empreendedora nos dias atuais é preciso pensar o conceito e o papel do Estado diante dessas mudanças da sociedade capitalista, a emergência do neoliberalismo como uma nova racionalidade a partir dos anos 1990 e, principalmente, os impactos para a classe trabalhadora advindos dessa racionalidade dentro do Estado.

Primeiramente, é preciso ter claro que o conceito de Estado é um conceito amplo, complexo e há uma grande discordância quanto sua caracterização. À vista disso, Pereira (2008) afirma que há certa concordância no conceito do Estado baseada em quatro elementos: a) o poder coercitivo, relacionado ao conjunto de instituições e prerrogativas que o Estado possui por cessão da própria sociedade; b) o território, o espaço geográfico delimitado no qual o estado exerce poder; c) a máquina burocrática, responsável por administrar as instituições, organizar políticas; d) as legislações, que regem as condutas, práticas e são reguladas pela máquina burocrática.

Pereira (2008) aponta que para além de ser um conceito amplo e complexo, o Estado, é um fenômeno histórico e relacional. É histórico devido ao fato de não ser algo absoluto ou inalterável, mas sim algo que está em constante movimento, sofrendo alterações e que, portanto deve ser pensado e analisado como um processo. Da mesma maneira, o Estado é relacional, por não ser um fenômeno isolado e fechado, suas movimentações e alterações tem relações diretas com forças, pressões externas e de interesses contrários.

Para Marx (2005) o Estado é produto da sociedade civil – a sociedade burguesa – é constituído a partir das relações de produção e expressa os interesses desta classe. Sendo assim, pelo fato da burguesia possuir o controle dos meios de produção e o controle sobre o processo de trabalho adquire o status de classe dominante e assim consegue expandir seu poder ao Estado, que por sua vez através de normas e leis passa a reproduzir e representar os interesses da classe burguesa.

Por sua vez, a racionalidade neoliberal possui uma história e uma coerência, ela transformou profundamente o capitalismo e a sociedade. Conforme Dardot e Laval (2016), para além de uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo é um sistema normativo que estende a lógica do capital para todas as relações sociais. Para os autores, foi o Estado e a classe mais rica que introduziram e universalizaram na economia e na sociedade a lógica da concorrência e da empresa, reduzi-la apenas a uma política de governo seria um equívoco. A lógica da racionalidade neoliberal é muito mais profunda do que análise da retirada do Estado

para dar espaço ao mercado. Por isso, para apreender a racionalidade neoliberal é preciso entender o projeto social e político que ela representa. O neoliberalismo, segundo os autores, é uma racionalidade que tende a constituir a ação dos governantes e dos governados, a racionalidade neoliberal é definida como “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p.15).

Fazendo um levantamento da implementação da racionalidade neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990, Behring e Boschetti (2011) apontam que esta década é marcada pela contrarreforma do Estado adaptando-o à lógica do capital, principalmente, após a implementação do Plano Real, em 1994. Uma contrarreforma que foi possível devido à conjuntura da crise econômica nos anos de 1980 e o processo de redemocratização do país.

Protagonizada por Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a contrarreforma era justificada como necessária e irreversível. O “problema” estava no formato do Estado e, por isso, era preciso reformá-lo para redução de custos e novas atribuições, ao mesmo tempo em que a política econômica deixava o país à mercê das especulações do mercado. Entre alguns argumentos centrais para defesa da contrarreforma, conforme Behring e Boschetti (2011), estavam as privatizações para atração de capital, a fim de reduzir a dívida externa e interna, a obtenção de preços mais baixos para consumidores, a melhora da qualidade dos serviços e o alcance da eficácia das empresas nas quais o Estado administrava e não conseguia atingi-la.

Para além das privatizações, as autoras destacam ainda que, houve a entrega de patrimônio público ao capital estrangeiro e a não obrigatoriedade das empresas privadas adquirirem insumos no Brasil, o que levou ao desmanche da indústria brasileira, desemprego e desequilíbrio na economia nacional. A realidade é que a contrarreforma iniciada nos anos de 1990 era compatível com a política ideológica e política econômica defendida pela classe burguesa.

O final do século XX, no Brasil, é marcado pela inserção da racionalidade neoliberal, impactando profundamente todas as esferas da sociedade. Contudo, esse processo não se encerra nesse período, ele atravessa o século e se

materializa de forma mais profunda no mercado e nas relações de trabalho. Conforme Praun e Antunes (2020), a crise do capitalismo que surgiu na década de 1970 e que se intensificou a partir da crise de 2008 culminou em um processo de reestruturação produtiva permanente.

O ano de 2017 é um marco quando falamos dos reflexos dessa constante reestruturação produtiva e como marco que legitima a precarização e flexibilização do trabalho no Brasil. Nesse ano entrou em vigor a Lei 13. 429 de 31 de março, que alterou as regras ao contrato por tempo determinado e ampliou a abrangência da terceirização, entraram também a Lei 13.467 de 13 de julho e a Medida Provisória n.808 introduzindo mudanças nos artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Essas reformas fazem parte do conjunto de estratégias neoliberais e têm impacto profundo na estruturação e na dinâmica das relações de trabalho no país. Além disso, elas atingem diretamente na disposição de empregos, na possibilidade e na capacidade de organização sindical, enfraquecendo ainda mais a classe trabalhadora.

Conforme Praun e Antunes (2020), no cerne da dessas reformas encontram-se flexibilidade e segurança jurídica com a: a) a prevalência do negociado sobre o legislado, que abre ainda mais espaço para a flexibilização das normas trabalhistas por meio de acordos; b) a remoção dos poros de não trabalho, que possibilitou a diminuição dos intervalos dentro da jornada de trabalho, regulamentou jornadas parciais e o trabalho intermitente; c) a diversidade de vínculos contratuais, a existência de negociações individuais e locais dificultando a organização da classe trabalhadora; d) mecanismos que dificultam a acessibilidade da classe trabalhadora à justiça do trabalho.

Praun e Antunes (2020) destacam que dentre os argumentos utilizados para a defesa da contrarreforma trabalhista, estava a falácia da potencialização e geração de empregos, a ampliação do acesso da parcela mais pauperizadas da classe trabalhadora. Contudo, quando a contrarreforma cumpriu seus reais objetivos, fortaleceu a ampliação da informalidade, precariedade e flexibilização nas relações de trabalho.

4 EMPREENDEDORISMO: COMO SAÍDA APRESENTADA PELO CAPITAL

Apesar de parecer algo novo, o conceito de empreendedorismo na verdade não é algo recente. Assim como, a sociedade passou por diversas transformações, conforme Vale (2014), a história do empreendedorismo também sofreu alterações e adquiriu novos significados na medida da mudança da sociedade.

De acordo Landström et.al (2010) a história do empreendedorismo pode ser dividida três grandes eras: a econômica (1870-1940), a das ciências sociais (1940-1970) e a de estudos de gestão (a partir de 1970). A primeira era é voltada para a conceituação do que é ser empreendedor. A segunda era foi marcada pelos estudos do empreendedor como individuo, é marcada também pelas contribuições de psicólogos de e sociólogos que estudavam os traços da personalidade do empreendedor e o seu papel na mudança social. A terceira era que está vigente até os dias atuais e é profundamente marcada pelas mudanças políticas e econômicas a partir desse período.

A década de 1970, como foi visto, é tida como marco de grandes alterações econômicas e políticas na sociedade – mudança de paradigmas de produção, novas configurações do perfil dos trabalhadores e novos eixos (ANTUNES, 2018; ALVES, 2000) principalmente com as mudanças políticas nos países centrais como Estados Unidos e Reino Unido com Donald Reagan e Margaret Thatcher que afetaram a dinâmica mundial, o empreendedorismo ganha força como uma solução para o desemprego.

No Brasil, esse discurso ganha força a partir dos anos 1990 quando entra para a agenda constitucional a necessidade da “reforma” do Estado e a racionalidade neoliberal começa a ser implementada. É importante destacar que, nesta perspectiva o desemprego não é um problema social, mas sim problema do indivíduo por não conseguir se adaptar as mudanças da realidade.

O neoliberalismo “estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estreitas do mercado, em especial produzindo subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos.” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.28). Desta forma, o discurso do empreendedorismo, pautados na racionalidade

neoliberal, estimula ao individualismo e à competição, desperta valores mercantis e enaltece o empreendedor, ocultando na realidade a problemática da flexibilização e precarização do trabalho.

Conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo define a norma que impõe que cada indivíduo viva em constante competição, ela ordena as relações sociais seguindo o modelo do mercado, justifica desigualdades absurdas e modifica o indivíduo que acaba se comportando e se vendo como uma empresa. Nesta perspectiva, as crises são apresentadas como oportunidade de desenvolvimento pessoal, econômico e social. É atribuído ao indivíduo todo o mérito do seu sucesso ou fracasso, sem nenhum questionamento das estruturas mais profundas que geram as crises.

A grande mídia tem um papel fundamental para o crescimento da ideologia empreendedora, é que ela propaga o estereótipo do empreendedor ligado ao algo positivo e atraente. Ésther (2019) assinala que o conceito de empreendedorismo é estruturador de identidade, um conceito que possui caráter fetichizado e ideológico ao definir uma série de características que o empreendedor deve possuir.Além do discurso do empreendedor de sucesso e meritocrático, ainda há a romantização da liberdade financeira, independência e autonomia, no qual por meio desse discurso convence o trabalhador cada vez mais que ele não precisa estar subordinado a alguém ou a uma empresa. É de suma importância fazer o empreendedor se sentir o mais próximo possível do capital e mais distante da ideia de trabalhador, dessa forma ele assume o discurso formulado pelo capital.

Contudo, Tavares (2018) aponta que o empreendedorismo na verdade é uma categoria de trabalho informal, que no discurso da autonomia coloca o indivíduo como patrão e com grandes oportunidades de ascensão. A ideologia empreendedora, pautada na racionalidade neoliberal, camufla a precarização apontando o trabalho formal assalariado como opressor da liberdade, criatividade e autonomia do individuo.

O empreendedorismo deve ser considerado como uma estratégia do capitalismo, no qual utiliza o indivíduo empreendedor como um agente responsável pelo seu crescimento econômico e de mudança social. Tavares (2018), afirma que

essa estratégia é engendrada pelo capital e viabilizada pelo Estado para confundir a oposição de classes sociais e obscurecer a imagem do trabalhador proletário que vive da venda da sua força de trabalho.

Por mais que, sob a perspectiva do neoliberalismo, a relação capital x trabalho sofra mascaramento e que o capital financeiro consiga transformar trabalho improdutivo em produtivo; buscando sempre novas alternativas para extração máxima da mais-valia formas que não possuam caracterização da compra e venda da força de trabalho, que não possuam uma relação de assalariamento; ainda assim, a extração do valor e o lucro continuam sendo oriundo da relação capital x trabalho e a prova é a apropriação do tempo do “empreendedor”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo fazer uma aproximação da ideologia empreendedora em uma perspectiva crítica, analisando os aspectos que perpassam essa ideologia e seu crescente fortalecimento. Buscou-se analisar a particularidade do desemprego enquanto Questão Social no Brasil, refletir acerca do papel do Estado e a racionalidade neoliberal vinculada ao empreendedorismo e discutir acerca do ocultamento da precarização e flexibilização no mundo do trabalho a partir da ideologia empreendedora.

A ideologia empreendedora não opera ou se materializa sozinha, ela necessita de um contexto específico e precisa de meios que garantam sua ampla expansão e sedução. As alterações do mundo produtivo, desde a crise de 1970 caminharam para que essa ideologia se propagasse e se tornasse uma saída tão prática, possível e fascinante. Diante do exposto, é possível fazer dois apontamentos pelos quais a ideologia empreendedora cresceu e se fortaleceu dentro realidade brasileira.

O primeiro é o fato de que o desemprego para além de uma necessidade do capital, no Brasil, o desemprego é uma característica estrutural. Desde o processo implementação do capitalismo à flexibilização, alta rotatividade e a precariedade sempre foram características pertinentes do mercado de trabalho brasileiro.

Não se pode negar que os processos de reestruturação produtiva ao longo da década de 1970 e 1980 impactaram profundamente o mercado e os processos de trabalho, aprofundando a flexibilização e precarização nas relações de trabalho. Ainda assim, tais alterações não foram suficientes para afirmação acerca do fim do trabalho produtivo. Por mais que o capitalismo tenha se transformado, que a financeirização gere novos mecanismos geradores de valor, a relação capitalista sempre será uma relação social e por isso o trabalho produtivo não tem como se exaurir. Ocorre que, hoje, a indústria 4.0 consolidará hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, eliminando uma grande quantidade de trabalhadores que ficaram sem direitos ou perspectivas de futuro, abrindo as portas para o capital fomentar a ideologia empreendedora como uma concebível, prática e possível.

O segundo é voltado pra o papel que o Estado brasileiro assumiu enquanto instrumento da racionalidade neoliberal, parceiro do capital e divulgador da ideologia empreendedora. O Estado, por ser histórico e relacional, está diretamente correlacionado ao governo de determinado período, que por meio das práticas e discursos propaga seu poder ideológico e coercitivo. O Estado brasileiro, sob a racionalidade neoliberal a partir dos anos 1990, processou uma série de contrarreformas que abriu ainda mais espaço para o capital internacional, reduzindo ao máximo a seguridade dos trabalhadores e a seguridade social.

A racionalidade neoliberal, para além das esferas política e econômica, atinge profundamente as ações coletivas, uma vez que os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todas as esferas de suas vidas. Assim sendo, a divisão entre os que possuem sucesso e não sucedidos dentro dessa lógica acaba com a o espírito de solidariedade e cidadania, tudo dentro do neoliberalismo culmina para a destruição do coletivo. Nesta perspectiva, ideologia empreendedora isenta o Estado da responsabilidade de garantir mínimas condições de vida para os trabalhadores colocando-os como responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso sem considerar os demais aspectos de vida dos indivíduos.

As contrarreformas iniciadas na década de 1990, as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias em 2017 são mecanismos legais que legitimam e demonstram como essa racionalidade encontra-se extremamente enraizada no

mercado de trabalho no país, aprofundando e fragilizando ainda mais as relações de trabalho, descartando e desvalorizando anos de luta da classe trabalhadora.

A partir desses dois elementos fica mais claro o crescimento e fortalecimento da ideologia empreendedora nos dias atuais como a saída ou a solução para toda e qualquer crise. Ainda assim, é preciso aprofundar os estudos acerca do empreendedorismo em outras modalidades em que ele se apresenta, as alterações e transformações da forma que se apresenta, assim como o empreendedorismo nos pequenos negócios, nas áreas de serviços e de tecnologia. Mas sempre com olhar de que o "empreendedor" ainda é parte da classe que vive da venda da sua força de trabalho, por mais que isto seja negado pela ideologia empreendedora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O Toyotismo – "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva. In: ALVES, Giovanni**. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** 2000.

ANTUNES, Ricardo. Infoproletariado, informalidade, (i) materialidade e valor: o novo proletariado global e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo. In: BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Biblioteca Básica em Serviço Social; v.2)

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÉSTHER, Ângelo Brigato. A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica. **Cadernos EBAPE. BR**. v.17, esp. P.857-870.2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/hgbw5gbZFyLK95XK9NQ68jc/?lang=pt&format=pdf Acesso: 10 jul 2020.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso 15 jul de 2021.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LANDSTRÖM, Hans (et.al). **Entrepreneurship:** exploring the knowledge base. Research Policy. Disponível em:< https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.452.3295&rep=rep1&type=pdf> Acesso dia 20 jul de 2021.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. 18. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V.1 e 2.

MARX, Karl**. Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas sobre a questão social. **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. N 3. Jan- jul. Brasília: ABEPSS, Granfile. P. 41-49. V. 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. O modo de produção capitalista: a exploração do trabalho. IN: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.1)

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo. 2015.

PEREIRA, Potyara. Para maior compreensão da política social. In: PEREIRA, Potyara. **Política Social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PRAUN, Luci; ANTUNES; Ricardo. A demolição dos direitos trabalhistas na era do capitalismo informacional-digital. In: Ricardo Antunes (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidade da “questão social” no Brasil. In: SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez. 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6).

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em pauta:** Teoria Social e Realidade Contemporânea. V. 16.n.41, p.107-121. 2018. Disponível em: < https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/12158673/O_empreendedorismo.pdf >. Acesso em 04 jul 2021.

VALE, Glaucia Maria Vasconcelos. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. **Revista de Administração Contemporânea.** V.18. N.6. nov-dez p. 874-891. 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rac/a/s8SRpzv4FFtYZWfCqLn7kyn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso dia 10 de jul de 2021.